

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO DE PROPOSTAS

Licitação nº. 004/2013 – Processo nº. 2141/2012

Modalidade: Tomada de Preços

Objeto: Execução da obra de reforma do prédio do Juizado Especial da Comarca de Varginha/MG.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de abril de 2013, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça de MG, instituída pela Portaria nº. 2.833 de 14 de dezembro de 2012, para proceder ao julgamento final das propostas apresentadas à Licitação nº. 094/2012 – modalidade Concorrência.

Aberto o envelope da única empresa participante do certame, Construtora Niemeyer Ltda., no dia 21/03/2013, a Comissão decidiu encaminhar a proposta e suas respectivas planilhas e demonstrativos, a Gerência de Projetos – GEPRO, para as análises, conferências e emissão de parecer técnico.

Efetuada a análise dos documentos, foi encaminhado a esta Comissão o parecer técnico solicitado, por intermédio da CI/GEPRO nº. 0296/2013, datada de 26/03/2013, cujas observações, abaixo transcritas, passam a compor a parte da exposição de motivos do presente julgamento:

1. Quanto ao disposto no subitem 9.2.1 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: “Não houve ocorrências”.
2. Quanto ao disposto no subitem 9.2.3 – MODELO DE PLANILHA DETALHADA: “Houve alteração da planilha padrão fornecida pelo TJMG, sendo incluídas duas linhas abaixo da planilha, nas quais constam ‘BDI (20%)’ e ‘TOTAL’. Com isto, todos os preços unitários lançados estão sem BDI. A empresa deveria ter acrescido os 20% em cada um dos itens e não apenas no final.”
3. Quanto ao disposto no item 10.4 – PREÇOS UNITÁRIOS: “Os preços unitários foram apresentados sem BDI. Para que houvesse um melhor entendimento, a GEPRO fez duas análises. Uma com os preços unitários



apresentados pela empresa (sem BDI) e outras com os preços unitários apresentados, acrescidos do BDI de 20%.

A Construtora Niemeyer Ltda. apresentou vários preços unitários superiores aos orçados pelo TJMG, conforme pode ser verificado nas planilhas de conferência em anexo”.

4. Quanto ao disposto no item 10.6 c) do Edital – PREÇO GLOBAL SUPERIOR AO ORÇADO PELO TJMG:
“Não houve ocorrências”.

5. Quanto ao disposto no item 10.8 d) do Edital – VERIFICAÇÃO DE ERROS:
“Houve erro do somatório total dos itens. O valor final sem BDI passou de R\$802.123,86 para R\$812.793,86. O valor final acrescido de BDI nos preços unitários passou de R\$962.548,63 para R\$975.352,63”.

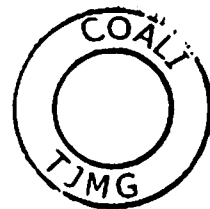
6. Quanto ao disposto no item 10.7 b) do Edital – Preço global ou unitário simbólico:

“A licitante apresentou alguns preços unitários bem abaixo dos orçados com referência no SINAPI. Estão destacados nas planilhas anexas aqueles preços que ficaram abaixo de 25% do valor orçado”.

7. Quanto ao disposto no item 10.6 b) do Edital – EXEQUIBILIDADE, conforme art. 48, da Lei nº. 8.666/93:

- “Valor corrigido com BDI – Construtora Niemeyer Ltda. = R\$975.352,63 (preços conforme planilha, acrescidos do BDI de 20%);
- O valor da média aritmética= R\$975.352,63;
- 70% desse valor correspondem a R\$682.746,84 (seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos);
- O valor mínimo exigível é, então, o menor dos dois valores acima, ou seja, 70% desse valor correspondem a R\$682.746,84 (seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos);
- O valor máximo orçado pelo Tribunal = R\$1.001.989,52 (um milhão, mil novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos);
- A empresa Construtora Niemeyer Ltda. atende às exigências do Edital, quanto ao disposto no art. 48, da Lei nº. 8.666/93, uma vez que seu preço é superior ao mínimo exigido e inferior ao máximo permitido.”

Diante do exposto, a Comissão, em 08/04/2013, encaminhou correspondência à empresa Construtora Niemeyer Ltda., informando sobre os ajustes acima efetuados e solicitando que, em 05 (cinco) dias úteis, nos informassem acerca da



possibilidade de adequação de sua proposta, após proceder à redução dos valores unitários de sua planilha, cujos preços se mostraram superiores aos orçados pelo TJMG, cumprindo, desta forma, o estipulado no subitem 10.4 do instrumento convocatório.

A empresa, através de correspondência encaminhada em 16/04/2013, via e-mail, declinou de sua proposta, nos informando que, a redução dos itens cujos valores foram orçados acima do valor informado pelo TJMG, tornaria inviável a execução da reforma, objeto da licitação em referência.

Feitas estas observações, a Comissão decidiu DESCLASSIFICAR a proposta apresentada pela licitante Construtora Niemeyer Ltda., julgar a licitação FRUSTRADA e encaminhar o resultado deste julgamento para publicação no Diário do Judiciário Eletrônico - DJE, para ciência dos interessados. Após transcorrer o prazo de recursos deste julgamento, a Comissão deliberou que irá aplicar o disposto no § 3º do inc. II, do art.48 da Lei Federal nº 8.666/93 e conceder à licitante, o prazo de 08 (oito) dias úteis para que esta apresente nova proposta e planilha, escoimadas das causa que ensejaram a sua desclassificação.

Nada mais havendo para se tratar, encerrou-se a reunião, na qual eu, Valéria da Silva Tavares, Secretária, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão de Licitação.


Jussara Hamacek Pinto
Presidente


Valéria da Silva Tavares
Secretária 4302-6


Cristiane Maria Ribeiro Alves
Membro Titular TJ63032

Advogado(s): Renato José Ferreira, OAB/MG 64.002; Valtamir Assunção da Silva, OAB/MG 104.472.

Extrato de decisão/despacho: Através da petição de fls. 149-v, Fernando Andrade de Paulo opõe embargos declaratórios com efeitos infringentes, querendo que seja modificada a decisão proferida às fls. 149, através da qual foi determinado o acerto das contas do município devedor, sob o argumento de que há recursos suficientes para a quitação de quase a integralidade dos dois únicos precatórios do município de Guarda Mor. Não conhecido do recurso, haja vista que o prazo de embargos venceu em 22/02/2013, já que a decisão foi publicada em 14/02/2013 (fls. 149), sendo, portanto, intempestivo (CPC art. 536). Nada obstante, não existe qualquer obscuridade, omissão ou contradição na decisão embargada. Dê-se cumprimento ao julgado.

Precatório nº: 5/2010 Comum.

Credor: Guilherme Henrique Souza Mohallem e outra.

Devedor: Município de Conceição do Rio Verde.

Advogado(s): Edgar Chinait Hess, OAB/MG 29.753.

Extrato de decisão/despacho: Trata-se de um pedido de pagamento do crédito deste precatório formulado por Guilherme Henrique Souza Mohallem e outra às fls. 38. O pedido de fls. 38 já foi já foi objeto de análise e decisão às fls. 36. Assim, DE-SE CIÊNCIA aos credores sobre essa decisão.

Precatório nº: 64/2011 Comum.

Credor: Espólio de Manoel Fernando da Silva Cravo e outro.

Devedor: Município de Congonhas.

Advogado(s): Luis Filipe Cravo Pisco, OAB/RJ 72.038; Sandro César Cordeiro, OAB/MG 103.927.

Extrato de decisão/despacho: Ante a juntada de cópia dos autos originários (fls. 45/625), ao setor de cálculos para que apure se há incorreções na liquidação de fls. 40. Após, conclusos para a apreciação do pedido de fls. 43/44. Cumpra-se.

Precatório nº: 9/2006 Comum.

Credor: Cenário Pesquisa e Consultoria Rural e Urbana Ltda.

Devedor: Município de São João Del Rei.

Advogado(s): Carlos André de Castro Moreira, OAB/MG 73531; Antônio Américo Campos Júnior, OAB/MG 45.084.

Extrato de decisão/despacho: O Município de São João Del Rei, devedor deste precatório, informa (fls. 29/62) que pagou a dívida ao credor, apresentando documentação relativa a esse pagamento. O valor pago, conforme certificação da Assessora de Precatórios, não está acima do valor da dívida. De qualquer forma, o pagamento referido causa a perda de objeto deste precatório, que fica extinto. Registre-se, nos autos e sistema, sobre essa extinção. Junte-se cópia desta decisão nos autos de cobrança, para que sejam tomadas as providências legais em relação à dívida preterida na cronologia.

Precatório nº: 64/2007 Alimentar.

Credor: Adriano de Oliveira Cordoval e outro.

Devedor: Município de Três Pontas.

Advogado(s): Adriano de Oliveira Cordoval, OAB/MG 88.481; Wallace Soares Cunha, OAB/MG 51.733; Osvaldo Olivetto Ardissona, OAB/MG 17.506.

Extrato de decisão/despacho: O pagamento da dívida feito no juízo da origem do Precatório gera, por responsabilidade dele, a EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO E DO PRECATÓRIO. Dessa forma o precatório está extinto. Oficie-se a ele quanto a essa extinção.

Precatório nº: 3/2008 Comum.

Credor: Ivan Silva da Fonseca ME e outros.

Devedor: Município de Paula Cândido.

Advogado(s): Flaviana Araújo de Oliveira, OAB/MG 78.843.

Extrato de decisão/despacho: Em face do pedido de pagamento feito pelos credores, e considerando que só existem recursos na conta municipal dos acordos nº 4.000.127.039.679, ESCLAREÇA o Setor de Controle de Contas sobre o acerto das contas do Município, e a questão dos repasses aos outros tribunais, haja vista que o pagamento só pode ser feito com recursos da conta cronológica do Município e nessa conta não existe verba disponível. Em síntese, DIGA se existe recurso disponível para os pagamentos cronológicos, indicando a quantia.

Precatório nº: 660/2006 Alimentar.

Credor: Marli de Souza Alves Corrêa e outros.

Devedor: Município de Belo Horizonte.

Advogado(s): Cláudio Márcio de Souza Rezende, OAB/MG 64.035.

Extrato de decisão/despacho: O Município de Belo Horizonte impugnou o cálculo de liquidação de fls. 124/125, sob o argumento de que esse cálculo contém erros. Esclareça a Sra. Coordenadora. Após, conclusos.

Precatório nº: 1/1998 Comum.

Credor: Maria de Lourdes Freitas e Outros.

Devedor: Município de Prata.

Advogado(s): Cleidimar Justino de Oliveira, OAB/MG 94.284; Daniel Ricardo Davi Sousa, OAB/MG 94.229; Ilaiala Alberto Oliveira, OAB/MG 98.420.

Extrato de decisão/despacho: O Município de Prata, devedor deste precatório, informa (fls. 138/153) que pagou a dívida à credora, apresentando documentação relativa a esse pagamento. O valor pago, conforme certificação da Assessora de Precatórios, não está acima do valor da dívida. De qualquer forma, o pagamento referido causa a perda de objeto deste precatório, que fica extinto. Registre-se, nos autos e sistema, sobre essa extinção.

Precatório nº: 10/2006 Comum.

Credor: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Devedor: Município de São João Del Rei.

Advogado(s): Anibal César Resende Netto Armando, OAB/MG 75.472; Antônio Américo Campos Júnior, OAB/MG 45.084.

Extrato de decisão/despacho: Trata-se de petição de fls. 103/133, que informou que a dívida do precatório nº 10/comum, vencido em 2006 está sendo paga, em virtude de acordo celebrado com o INSS. Também há o informe de pagamento do precatório nº 09/comum, vencido em 2006, que enseja quebra de ordem. Assim, intuem-se as partes para se manifestarem sobre a questão. Após, retornem-me os autos conclusos.

Precatório nº: 1/2010 Alimentar.

Credor: Severiana Luiza de Azevedo.

Devedor: Município de Bandeira.

Advogado(s): Jair Ferraz da Silva, OAB/MG 64.805.

Extrato de decisão/despacho: Certifique a Sr. Coordenadora sobre a situação do Município de Bandeira.

Intime-se a credora para requerer o que de direito.

Precatório nº: 3/2010 Alimentar.

Credor: Jassi Neves de Castro.

Devedor: Município de Tapira.

Advogado(s): Rosivaldo Luiz Borges, OAB/MG 69.005.

Extrato de decisão/despacho: Em face do pedido de pagamento feito pelo credor, e considerando que só existem recursos na conta municipal da cronologia nº 1.900.127.036.537, ESCLAREÇA o Setor de Controle de Contas sobre o acerto das contas do Município, e a questão dos repasses aos outros tribunais. Em síntese, DIGA se existe recurso disponível para os pagamentos cronológicos, indicando a quantia.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 013/13 – PROC. 1841/12

OBJETO: Elaboração de projetos executivos para construções, ampliações e reformas de edificações do TJMG em diversas localidades, capital e interior.

A empresa Solar Engenharia Ltda. impetrou recurso administrativo contra a decisão da Comissão de Licitação de julgá-la INABILITADA ao certame acima identificado.

Ficam concedidos 05 dias úteis às demais licitantes para apresentar contrarrazões ao recurso supramencionado, nos termos da lei.

Cópia do recurso encontra-se disponível para consultas no site www.tjmg.jus.br, link Transparência/Licitações – 2013.

Resultado de Julgamento de Proposta

Licitação nº 004/2013

Processo: 2141/2012

Modalidade: Tomada de Preços

OBJETO: Reforma do prédio do Juizado Especial da Comarca de Varginha.

DECLASSIFICADA a proposta da empresa CONSTRUTORA NIEMEYER LTDA, por desatendimento ao subitem 10.4 do instrumento convocatório.

Abre-se o prazo recursal nos termos do art.109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Gerência de Contratos e Convênios

Gerente: Daniela Ataíde Giovannini
16.04.2013

Contrato (Extrato)

Hiper Graphic Digital Ltda. – ME.- Ct. 119/2013 de 16.04.2013. Processo: 369/2013 - Objeto: Prestação de serviços de impressão de banners para as campanhas de divulgação institucional. Vigência: 16.04.2013 a 16.04.2014. - Valor do Ct.: R\$ 3.076,80 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.99 - Outros Materiais.

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

Cemig Distribuição S/A. - 2ª TA de 05.04.2013 ao Ct. 290/2010 de 06.05.2010. - Objeto: Acréscimo do objeto. - Vigência: 05.04.2013 a 06.05.2015. - Valor do Termo: Sem alteração.

Sandro Silva Braga - 1ª TA de 10.04.2013 ao Ct. 052/2008 de 10.04.2008 - Processo: 597/2013- Objeto: Prorrogação do prazo de vigência - Vigência: 10.04.2013 a 10.12.2013 - Valor do termo: R\$ 14.793,92 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.117.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis – Pessoa Física.

Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da Faculdade de Medicina com intervenção da NUPAD - 6ª TA de 16.04.2013 ao Ct. 066/2009 de 07.04.2009 - Objeto: Acréscimo no objeto e no valor - Vigência: 16.04.2013 a 30.06.2013 - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal, sendo R\$ 150.000,00 nas Dotações Orçamentárias nº. 4291.10.301.237.4391.0001-339039-10.1 e